

PROGRAMA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS SOB O VIÉS DA LEI 14.133

- **Teoria Geral das Licitações sob o viés da Lei 14.133**

Licitação: conceito, natureza jurídica, finalidades e pressupostos. Obrigatoriedade de licitar: alcance subjetivo da regra de licitar. Princípios da licitação e contratação pública. Panorama constitucional e legal acerca das contratações públicas. Modalidades de licitação e critérios de julgamento de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Exceção ao dever de licitar: panorama geral acerca da contratação direta. Desfazimento do processo licitatório: anulação e revogação.

- **Teoria Geral dos Contratos Administrativos sob o viés da Lei 14.133**

Conceito de contratos administrativos. Características dos contratos. Supremacia da Administração Pública. Cláusulas necessárias. Execução dos contratos administrativos. Instrumentos de fiscalização. Alterações contratuais. Teoria da imprevisão. Prazos nos contratos. Extinção dos contratos.

- **Pregão Presencial e Eletrônico sob o viés da Lei 14.133**

Evolução legislativa da modalidade pregão. Características do pregão. Bens e serviços comuns. Atribuições e responsabilidades do Pregoeiro. Utilização do Pregão Eletrônico por estados e municípios. Pregão para obras e serviços de engenharia. Impugnação e recursos administrativos nos pregões. Rito procedimental no Pregão. Elaboração e divulgação do edital. Critérios de julgamentos. Fase de Lances. Prerrogativas das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões

- **Sanções nas Licitações Públicas sob o viés da Lei 14.133**

Finalidade da sanção. Pressupostos para a aplicação de sanção. Âmbito de aplicação das sanções. Condições de aplicabilidade de uma sanção. Princípios aplicáveis. Interesse públicos *versus* consensualidade. Competências no processo administrativo sancionador. Dosimetria nas sanções. Fases do procedimento administrativo sancionador (notícia de irregularidade, instauração, cientificação, defesa escrita, instrução, alegações finais, relatório, decisão, recurso (e seus efeitos), registro da sanção). Reflexos da Lei nº 13.655/2018 (LINDB) nas sanções administrativas:

consequencialíssimo decisório. Aspectos normativos e controvertidos na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 14.133/2021: semelhanças e diferenças.

- **Teoria Geral dos Contratos Administrativos sob o viés da Lei 14.133**

Conceito de contratos administrativos. Características dos contratos. Supremacia da Administração Pública. Cláusulas necessárias. Execução dos contratos administrativos. Instrumentos de fiscalização. Alterações contratuais. Teoria da imprevisão. Prazos nos contratos. Extinção dos contratos.

- **Sistema de Registro de Preços sob o viés da Lei 14.133**

Introdução: Sistema de Registro de Preços – SRP como ferramenta de planejamento. Conceito. Definições. Ata de registro de preços. Atores do Sistema de Registro de Preços: gerenciador, participante e não participante. Utilização do SRP. Objetos: bens, serviços e obras. Legislação aplicável. Regulamentação. Modalidades de licitação. SRP por contratação direta: cabimento e aplicações. Peculiaridades do SRP. Ato convocatório para registro de preços: limitação do quantitativo (máximos e mínimos a serem adquiridos), registro por unidades, cotação mínima, preços diferentes, critérios de julgamento, alteração de preços, cadastro de reserva. Divulgação da intenção de registro de preços e o incentivo às compras compartilhadas. Atuação do órgão de assessoramento jurídico no SRP. Pesquisa de preços no SRP. Utilização do SRP para balizamento das contratações. Utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes (carona). Limitações: quem pode pegar carona e quem pode dar carona. Adesão vertical. Limites para adesão: individual, total e exceções. Formalização, vigência e prorrogação da ata de registro de preços. Rotina de controle. Publicidade do registro de preços. Diferenças entre a ata de registro de preços e os contratos administrativos.

- **Obras Públicas sob o viés da Lei 14.133**

Projeto: Conceitos fundamentais. Planejamento para obras e serviços de engenharia. Regime de empreitada. Modalidades de licitação para obras e serviços de engenharia. Diálogo Competitivo. Sistema de Registro de Preços para Obras e Serviços de Engenharia. Orçamento. Reequilíbrio econômico-financeiro. Building Information Modeling – BIM.

- **Recurso Administrativo e Meio de Impugnação da Licitação sob o viés da Lei 14.133**

Processo administrativo. Princípios. Pluralidade de instâncias. Competência. Coisa julgada administrativa. Conceito de recurso administrativo. Pressupostos recursais. Espécies de recurso em geral. Reconsideração. Recurso hierárquico próprio. Recurso hierárquico impróprio. Representação. Reclamação. Recursos previstos na Lei nº 14.133/2021. Competência recursal. Legitimidade recursal. Efeitos do recurso. Nuances recursais. Renúncia recursal. Impugnação administrativa do edital. Impugnação judicial. Mandado de segurança. Representação ao Tribunal de Contas.

- **Contratações Diretas sob o viés da lei 14.133**

Exceções ao dever de licitar previstas na Lei 14.133/2021. Dispensa de pequeno valor e fracionamento. Dispensa emergencial. Dispensa emergencial, desídia e responsabilização. Ausência de interessados e licitação fracassada. Outras hipóteses de dispensa. Questões polêmicas. Inexigibilidade. Hipóteses legais de inexigibilidade. Exclusividade. Exclusividade x singularidade. A relação de confiança nas inexigibilidades. A exclusão na Lei da Natureza Singular e a comprovação da Notória Especialização. Contratação de serviços artísticos. Locação de imóveis. Credenciamento como hipótese de inexigibilidade. Requisitos. Instrução do processo e justificativa de preços.

- **Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos sob o viés da Lei 14.133**

Contrato Administrativo: o regime jurídico da Lei 14.133/21. Formalização do contrato. Acompanhamento e fiscalização contratual: o que há de novo. Atribuições de gestão e fiscalização contratual. Vigência contratual e prorrogações de prazo. Alterações contratuais. Recebimento do objeto e pagamento.